A ESCOLA INCLUSIVA

DAIANE SANTOS MENEZES LUCAS

Resumo:

A legislação brasileira garante o acesso educacional, inclusive para indivíduos com deficiência que precisam ser integrados às salas de aula regulares, a fim de criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, sem qualquer forma de segregação. Contudo, é importante reconhecer que a implementação prática da educação inclusiva requer recursos suficientes. Para explorar os desafios e possibilidades da educação inclusiva nas escolas regulares, foi realizada uma revisão abrangente da literatura, incluindo livros e artigos científicos. As conclusões deste estudo revelaram avanços significativos nas iniciativas de educação inclusiva ao longo do tempo. Mas para garantir a viabilidade prática, é necessário ter em conta determinados ajustamentos. Estas adaptações abrangem tanto aspectos físicos, como materiais didáticos e estruturas arquitetônicas, quanto fatores humanos, incluindo a colaboração de profissionais competentes e dedicados trabalhando juntos em equipe para promover serviços inclusivos. No entanto, é importante notar que nem todas as escolas possuem os recursos necessários para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo que se concentre não apenas em abordar as limitações dos indivíduos com deficiência, mas também em estimular o seu potencial. Como resultado, é crucial implementar adaptações contínuas e manter um compromisso firme em atender às necessidades deste público.

Palavras-chave: Aluno com deficiência. Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão implica em um processo de ajustamento social para garantir um apoio adequado aos indivíduos. Portanto, quando se trata de instituições educacionais, é essencial que as escolas possuam os recursos necessários para acomodar necessidades diversas, em vez de esperar que os indivíduos se adaptem a um molde pré-determinado.

Além disso, ao considerar o processo de educação, é amplamente reconhecido que a oportunidade de adquirir conhecimento serve como uma via crucial para o crescimento, a mudança e a participação ativa na sociedade. O acesso à educação não só quebra barreiras, mas também promove a aquisição de novas competências.

Assim, quando se trata de indivíduos com deficiência, torna-se imperativo criar uma abordagem que possa centrar-se nas capacidades únicas de cada aluno, em vez de focar apenas nas suas limitações. Reconhecendo que a aprendizagem não obedece a uma abordagem única, a escola deve possuir uma ampla gama de recursos, estratégias e oportunidades para atender a todos de uma forma que seja ao mesmo tempo harmoniosa e respeitosa. Essa abordagem abrangente garante que cada aluno receba uma base sólida para seu crescimento e desenvolvimento holístico.

Reconhece-se, deste ponto de vista, que a oferta desta forma de ensino representa um desafio significativo, visto que as escolas enfrentam diariamente numerosos obstáculos que podem dificultar o seu trabalho. Estes obstáculos podem incluir a falta de infraestruturas, oportunidades limitadas de desenvolvimento profissional, recursos pedagógicos insuficientes e a ausência de envolvimento da família no processo educativo. Esses fatores contribuem para a percepção de que atender às diversas necessidades dos alunos se torna ainda mais difícil, embora não impossível. Portanto, é crucial analisar criticamente e refletir sobre como melhorar a preparação e a viabilidade das escolas, a fim de transformar vidas e realidades através da educação inclusiva. Este estudo é guiado por diversas questões-chave: A escola está realmente equipada para atender pessoas com deficiência? Quais são os obstáculos para alcançar a educação para todos? Que recursos são necessários para promover a inclusão no ambiente escolar quotidiano?

Num esforço para promover a educação para todos, o objetivo deste estudo consistiu em obter uma visão sobre os desafios e perspectivas que rodeiam a educação inclusiva nos contextos educativos regulares.

A execução da pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o a educação inclusiva, avaliar os requisitos essenciais para tal e, sobretudo, verificar se o sistema educacional brasileiro engloba iniciativas contemporâneas que priorizam a inclusão. O objetivo é estudar para aprimorar os recursos disponíveis, a fim de promover o crescimento humano baseado na diversidade e em circunstâncias equitativas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A EDUCAÇÃO PARA TODOS: ENTENDENDO A ESCOLA INCLUSIVA

O tema da diversidade tem ganhado atenção significativa na sociedade moderna,

levando a uma ênfase crescente na importância de promover ambientes inclusivos. Isto é particularmente relevante em ambientes educacionais, onde o desenvolvimento e o cultivo dos indivíduos são priorizados.

Segundo Sassaki (2009), o conceito de inclusão implica um processo de ajustamento social que promove a participação ativa e a integração de indivíduos com necessidades especiais no seu ambiente envolvente. Isto permite-lhes cumprir papéis sociais e exercer plenamente os seus direitos como cidadãos.

Olhando deste ângulo, torna-se evidente que proporcionar um elevado padrão de educação vai além da simples adesão ao currículo escolar. É imperativo que a escola estabeleça uma atmosfera de apoio, incuta ética e valores, honre todas as diversas necessidades e abrace e celebre genuinamente a diversidade.

Segundo Almeida (2013), o conceito de inclusão escolar é um desenvolvimento relativamente novo. No século XIX, os indivíduos com deficiência não eram considerados parte da sociedade e eram vistos como anormalidades, levando à sua exclusão. Além disso, as instituições que inicialmente atendiam essa população não tinham um entendimento completo do que era inclusão, pois prestavam serviços de forma segregada e separada do restante da sociedade.

Sassaki (2009) demonstra que a Declaração de Salamanca, introduzida na Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia, desencadeou uma nova abordagem às pessoas com deficiência. Durante esta conferência, vários países, incluindo o Brasil, deliberaram sobre a viabilidade da educação inclusiva nas escolas regulares. O objetivo era criar um ambiente onde estudantes de todas as habilidades pudessem prosperar e desenvolver seu potencial, desviando o foco das limitações e abraçando uma nova perspectiva.

É importante notar que, ao considerar a diversidade no ambiente educacional, ela vai além da mera presença de pessoas com deficiência. Envolve educar sobre valores como respeito, cidadania, ética, aceitação e valorização de diversas origens, culturas e histórias. Isso prepara os indivíduos para serem mais abertos, empáticos e receptivos, permitindo-lhes viver harmoniosamente em sociedade.

O processo de inclusão nas escolas é amparado por diversas medidas legislativas, com especial destaque para a Constituição Cidadã (artigo 208 da Constituição Federal). Este artigo afirma que o Estado tem a responsabilidade de garantir a inclusão dos alunos com deficiência, proporcionando-lhes acesso às escolas, criando ambientes acessíveis e oferecendo os recursos físicos e humanos necessários. Além disso, outras estratégias inclusivas são implementadas para apoiar a sua educação. Contudo, em casos excepcionais em que o bem-estar e o desenvolvimento da criança com deficiência estejam comprometidos, pode ser recomendado que recebam escolaridade fora da sala de aula regular.

Olhando deste ponto de vista, há avanços visíveis nas conversas em curso em torno do processo inclusivo. No entanto, por se tratar de um conceito relativamente novo, ainda há espaço para melhorias para garantir a sua implementação eficaz em todas as instituições de ensino. É fundamental ir além das meras discussões teóricas e tomar medidas práticas, como destaca o autor Alvez (2001), que enfatiza que a inclusão vai além da simples matrícula dos alunos no ensino regular.

Segundo Sassaki (2009), o processo inclusivo na educação brasileira é dificultado por diversos desafios. Salas de aula superlotadas, estruturas arquitetônicas desatualizadas e inacessíveis, a falta de materiais didáticos e recreativos que apoiem a assistência especializada, a remuneração e o apoio inadequados aos professores e a falta de formação específica para atender às necessidades específicas dos alunos contribuem para essas dificuldades.

Além disso, Almeida (2013) enfatiza a importância de reavaliar a abordagem adotada por inúmeras escolas no que diz respeito ao planejamento e implementação de suas atividades. Isto garante que o fardo de proporcionar uma educação de alta qualidade não recaia apenas sobre os professores, mas envolve a colaboração de outros profissionais e até mesmo de familiares. Ao fazer isso, uma base sólida para o desenvolvimento individual pode ser estabelecida.

2.2 O PERFIL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Segundo Guimarães (2015), para aprofundar a inclusão de pessoas com deficiência é imprescindível examinar como a constituição brasileira aborda esse segmento da sociedade. Adicionalmente, o autor destaca que a Constituição de 1988, no artigo 203, utiliza o termo “deficiente” ao discutir seus direitos, o que é discriminatório por não considerar a pessoa como um todo, concentrando-se apenas em suas limitações. Sassaki (2009, p. 25) contribui ainda mais para essa discussão ao afirmar:

Na maioria das vezes, desconhece-se que o uso de determinada terminologia pode reforçar a segregação e a exclusão. (...) e (...) "Além disso, quando se rotula alguém como "portador de deficiência", nota-se que a deficiência passa a ser "a marca" principal da pessoa, em detrimento de sua condição

humana.

Segundo Sassaki (2009), utilizar termos como “Pessoas com necessidades especiais” ou “pessoas excepcionais” não é adequado porque apenas destacam as limitações. Assim como não diríamos que alguém “tem olhos verdes” ou “tem pele escura”, estas descrições não se aplicam a indivíduos com deficiência (Sassaki, 2009, p. 11).

A promoção da inclusão é facilitada pelas alterações legislativas implementadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, especificamente por meio da portaria nº 2.344/2010 referenciada por Guimarães (2015, p. 22). Esta legislação desempenha um papel crucial na promoção do respeito e da igualdade entre os indivíduos.

Art. 1º Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do Conade, aprovado pela Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, nas seguintes situações:

I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência";

II - Onde se lê "Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República", leia-se "Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República";

III - Onde se lê "Secretário de Direitos Humanos", leia-se "Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República";

IV - Onde se lê "Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", leia-se "Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência";

V - Onde se lê "Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", leia-se "Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Segundo Botini (2012), a forma como nos dirigimos aos outros reflete o nível de respeito que temos pelas suas características, apesar de parecer insignificante para alguns. Sassaki (2009) complementa demonstrando que a escolha da terminologia tem grande significado, como evidenciado por organizações como a AACD (Associação Assistencial de Crianças Deficientes) usando o termo “Defeituoso”, o que tem um efeito prejudicial na autoestima e na individualidade. de pessoas com deficiência.

Em cada época da história humana, a identificação e a compreensão dos indivíduos com deficiência foram moldadas por uma combinação de fatores históricos, sociais, políticos e econômicos, conforme destacado por Lima (2012). Esses fatores têm desempenhado um papel crucial no reconhecimento da existência desses indivíduos e no reconhecimento de suas características únicas.

Além disso, Masi (2012) destaca a importância de considerar vários aspectos ao conceituar uma deficiência. Esses aspectos abrangem características anatômicas e fisiológicas, incluindo lesões, malformações e disfunções. Além disso, fatores psicológicos e somáticos, como estados psicológicos alterados, influências psicossociais e manifestações de autopercepção e autoidentidade, também devem ser levados em consideração ao examinar indivíduos com deficiência.

De acordo com o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estado, impressionantes 24,6 milhões de pessoas no Brasil possuem diversas formas de deficiência, sejam elas deficiências físicas ou desafios mentais, abrangendo questões como limitações visuais ou auditivas, restrições de mobilidade e muito mais (IBGE, 2010).

Conforme afirma Masi (2012), a deficiência é definida como a deficiência ou desvio do funcionamento normal, seja em termos de estrutura, psicologia, fisiologia ou anatomia, que leva a restrições ou à incapacidade de realizar tarefas específicas.

Já Almeida (2013, p.9), caracteriza a deficiência no âmbito jurídico:

O Decreto no 3298, de 20 de dezembro de 1999, considera pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram em cinco grandes categorias: i) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, dentre outros;

ii) Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras;

iii) Deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção;

iv) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado a déficits no comportamento adaptativo, com manifestação antes dos dezoito anos;

v) Deficiências múltiplas: associação de duas ou mais deficiências” (CARVALHO, 2012, p.9)

A fim de contribuir ativamente para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva que abranja indivíduos de todas as origens, é imperativo ter uma compreensão sólida dos princípios relacionados com a deficiência. Segundo Sassaki (2009), esse conhecimento é essencial para garantir igualdade de tratamento e oportunidades para todos, independentemente de fatores como

raça, idade, sexo, deficiências específicas ou qualquer outra característica distintiva.

Omote (2014, p.3), faz considerações importantes acerca da pessoa identificada como deficiente:

É evidente que existe uma expressiva diferença no comportamento ou no organismo da pessoa identificada como deficiente, porém, essa diferença pode ser tanto a causa como a consequência do processo de identificação, reconhecimento e tratamento daquela pessoa como deficiente. Nesta lógica conceitual, a referida diferença expressiva só adquire sentido de deficiência pelo fato de a sociedade valorizar determinada qualidade que nela está prejudicada, pois nenhuma diferença é vantajosa ou desvantajosa em si mesma, mas, apenas dentro de um contexto relacional arquitetado pela própria estruturação sócio-cultural-laboriosa no qual estamos circunscritos. Ou seja, a deficiência não existe como fenômeno independente, posto que se configura a partir de um arcabouço multifatorial e dialético intrínseco à dinâmica de visualização e de interpretação das diferenças (OMOTE 1994, p.3).

Segundo Rodrigues (2009), não só existem indivíduos com deficiências congênitas, presentes desde o nascimento, como deficiência física, auditiva, visual ou múltipla, mas também 500 brasileiros ingressam diariamente na comunidade de deficientes em decorrência do trânsito, acidentes.

Segundo Masi (2012), existe uma população substancial de indivíduos que vivenciam deficiências em algum momento de suas vidas. Numerosos factores, incluindo, entre outros, acidentes, incidentes de trânsito e violência urbana, contribuem para o aumento deste número.

Os acidentes podem ser evitados, as vacinas podem ser administradas e os exames precoces podem ser realizados para mitigar a ocorrência de diversas deficiências. No entanto, é crucial reconhecer que sempre haverá pessoas com deficiência. Portanto, é imperativo que a sociedade esteja equipada para proporcionar oportunidades inclusivas que promovam o seu crescimento e integração (ALMEIDA, 2003).

Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1998, citada por Sassaki (2009, p. 13) dispõe de itens que respaldam o deficiente na sociedade, tais como:

Art. 203. [...]

IV. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V. A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 208. [...]

III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (SASSAKI, 2009, p.13).

É crucial sublinhar que os principais constrangimentos enfrentados por estes indivíduos não resultam da sua deficiência em si, mas sim da falta de credibilidade e de oportunidades que lhes são disponibilizadas.

Os indivíduos com deficiência muitas vezes descobrem que as suas vidas se tornam centradas nas suas limitações e incapacidades, deixando pouco espaço para explorarem o seu potencial e capacidades. Omote (2014, p. 59) concorda, afirmando que os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência são principalmente resultado de limitações sociais e ambientais, e não de deficiências inerentes às próprias pessoas com deficiência.

Na falta de preparação da sociedade para lidar com as experiências únicas dos indivíduos com deficiência, há uma tendência para atribuir-lhes a culpa pelas suas limitações. O foco está apenas nos aspectos físicos da deficiência, desconsiderando os fatores sociais e eximindo a sociedade de qualquer responsabilidade pela inclusão e aceitação (ALMEIDA, 2013). No entanto, é amplamente reconhecido que esta perspectiva é totalmente falha e a sociedade deve adaptar-se, fornecendo recursos e implementando estratégias que permitam aos indivíduos com deficiência participar plenamente em todos os ambientes e exercer os seus direitos como cidadãos.

2.3 OS DESAFIOS E PERSPECTIVA PARA A ESCOLA INCLUSIVA

O conceito de Educação Inclusiva, que visa apoiar os alunos a atingirem o seu pleno potencial, ignorando as suas limitações, é um desenvolvimento relativamente novo. No século XIX, os indivíduos que se desviavam dos padrões “normais” percebidos pela sociedade eram rotulados como aberrações e deixados à própria sorte, completamente abandonados.

Nos anos seguintes, foram criadas instituições especializadas para atender exclusivamente pessoas com deficiência, categorizando-as como tais e segregando-as em ambientes distintos. No entanto, esta abordagem dificulta a possibilidade de promover a inclusão, que depende da aceitação da diversidade e da aceitação entre todos os

indivíduos.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, desempenhou um papel fundamental na mudança de perspectivas sobre a deficiência para uma perspectiva mais compassiva. Este evento foi fundamental na definição de legislação que promove a inclusão e garante a participação de estudantes com deficiência no ensino regular.

A partir daí, ocorreu uma mudança de perspectiva em relação aos indivíduos com deficiência, levando ao reconhecimento da importância de integrá-los na sociedade como um todo, em vez de confiná-los a ambientes específicos. Como resultado, surgiu o conceito de educação inclusiva, alicerçado nos princípios de justiça e igualdade de direitos, garantindo que nenhuma forma de desigualdade seja tolerada (BOTINI, 2012, p. 12).

Apesar da existência de avanços e marcos legais como a Constituição Cidadã, que destacam a responsabilidade do Estado em oferecer educação e serviços especializados para indivíduos que se desviam do padrão convencional de desenvolvimento, ainda existem certas áreas que requerem atenção e discussão. É importante reconhecer que esta proposta é relativamente nova em comparação com a longa história de marginalização e exclusão enfrentada por esta população específica.

A base subjacente para inúmeras perspectivas sociais tendenciosas e injustas em relação a este grupo específico é iluminada através deste relato histórico único. Estas perspectivas muitas vezes impedem os esforços dos educadores que podem ver os seus alunos com cepticismo, simpatia e outras atitudes inúteis que dificultam o processo essencial de uma educação eficaz.

A tarefa inicial a ser examinada é a criação de um ponto de vista otimista e confiante em relação à população em geral. Isto é crucial, sobretudo devido à investigação realizada por Botini (2012), que demonstra que a inteligência é uma qualidade inata de cada indivíduo. É fundamental reconhecer e valorizar este facto para garantir que todos tenham a oportunidade de aprender e crescer.

Há outra preocupação que diz respeito aos desafios duradouros e profundamente enraizados nas políticas educativas enquanto entidade coletiva. Estes desafios abrangem salas de aula sobrelotadas, acesso limitado a recursos, educadores subvalorizados e vários outros obstáculos que impedem a criação de um ambiente estimulante e equilibrado para o público que necessita de uma abordagem mais focada e personalizada.

Além disso, o projeto arquitetônico desatualizado da escola, incluindo características como escadas, representa uma barreira significativa para indivíduos com deficiência física e mobilidade limitada. Como resultado, é imperativo alocar recursos para melhorar a acessibilidade e fornecer salas que, no mínimo, permitam uma fácil navegação dentro das instalações da escola, especialmente nos casos em que não são viáveis renovações extensas.

Em seu trabalho, Sassaki (2009) também discute a importância de incorporar uma abordagem centrada no ser humano na administração escolar, o que envolve a promoção da democracia e o estabelecimento de parcerias com diversas partes interessadas, como famílias, profissionais de saúde, assistentes e intérpretes de língua de sinais. Este esforço colaborativo visa criar uma base sólida que garanta que os alunos recebam o apoio e o estímulo necessários ao longo de sua jornada educacional.

Para encerrar, é importante destacar que a proposta de Educação Inclusiva e as leis existentes marcam os estágios iniciais de uma jornada transformadora para que a sociedade adote uma nova visão sobre a diversidade. Dado que isto implica uma mudança fundamental de mentalidade, é crucial reconhecer que esta transformação não ocorrerá da noite para o dia.

É crucial enfatizar que apesar dos avanços significativos nesta área, os indivíduos com deficiência foram inicialmente excluídos da sociedade. No entanto, o nosso foco atual é promover a sua inclusão em vários ambientes, incluindo escolas.

A compreensão que temos diante de nós é que existe um vasto domínio de potencial inexplorado à espera de ser aproveitado. Esta constatação decorre do reconhecimento de que existe uma disparidade entre os fundamentos teóricos, que são fortalecidos por inúmeras garantias, e a aplicação prática destes princípios. No âmbito da prática, os educadores muitas vezes encontram-se mal equipados e impotentes quando confrontados com as complexidades da equipe pedagógica e das políticas educacionais.

A educação pública, em particular, é conhecida pelas suas inúmeras deficiências em termos de apoio profissional. Isto inclui assistência inadequada da equipa pedagógica, oportunidades limitadas de formação contínua e falta de recursos disponíveis. Consequentemente, quando confrontados com um aluno com deficiência, os professores enfrentam desafios ainda maiores. As condições de trabalho desfavoráveis tornam quase impossível que estes estudantes recebam o apoio necessário e perspectivas alternativas. Além disso, os membros da família muitas vezes não conseguem satisfazer as necessidades destas crianças, impedindo ainda mais o seu desenvolvimento. A ausência de cuidado, carinho e compreensão

agrava a situação. No entanto, é comum que as famílias matriculem os seus filhos com deficiência na escola e esperem que os profissionais alcancem resultados notáveis sem exigir o envolvimento ativo dos membros da família (SASSAKI, 2009).

Para desvendar o enigma do bom senso, torna-se evidente que a responsabilidade pelo sucesso da aprendizagem não recai apenas sobre os ombros dos educadores. Esses indivíduos necessitam de colaboração, assistência e recursos adequados para desempenhar suas funções com a máxima proficiência. É por isso mesmo que os resultados da investigação indicam a necessidade de esforços abrangentes e coletivos que visem nutrir todo o potencial dos alunos, independentemente das suas limitações, reconhecendo-os como seres holísticos, o que muito contribui para o seu crescimento e progresso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as propostas relativas à inclusão passaram por transformações significativas e são respaldadas por leis que garantem o bem-estar das pessoas com deficiência nas salas de aula regulares, principalmente em situações em que não é viável que a saúde e o crescimento do aluno permaneçam no ambiente geral.

Embora estes avanços marquem, sem dúvida, um progresso significativo na história deste grupo demográfico específico, alcançar a verdadeira igualdade para indivíduos em circunstâncias idênticas exige numerosos ajustes, tanto no sistema educativo como na sociedade como um todo. Quando se trata de escolas, que funcionam como uma extensão do mundo externo, é evidente que existe ceticismo entre os indivíduos que deveriam estar ativamente envolvidos em iniciativas que promovam a diversidade e a valorização das diferenças. É crucial estabelecer um ambiente harmonioso e inclusivo onde todos se sintam apoiados, acolhidos e confortáveis, promovendo assim um sentido de coerência que facilite genuinamente o crescimento humano no ambiente escolar.

Além disso, há necessidade de abordar adaptações físicas e materiais. Para começar, a atual infraestrutura escolar não atende adequadamente às necessidades das pessoas com deficiência. É crucial fazer os ajustes necessários para garantir que estes espaços sejam acessíveis e inclusivos, permitindo uma mobilidade independente e segura. Além disso, os materiais utilizados nas salas de aula devem ser capazes de servir plenamente todos os alunos, fornecendo aos professores as ferramentas para conceber aulas envolventes e dinâmicas que se alinhem com os seus diversos estilos de aprendizagem.

É fundamental que os educadores possuam formação suficiente para fomentar o potencial dos alunos, em vez de se concentrarem apenas nas suas limitações. Isto envolve a implementação de estratégias que se alinhem com os princípios genuínos de inclusão. Da mesma forma, os administradores e todos os indivíduos envolvidos na jornada educacional devem colaborar de forma harmoniosa e igualitária, cultivando efetivamente um ambiente inclusivo.

Ao fornecer uma base sólida, os alunos são capacitados, orientados, facilitados e consistentemente motivados para crescer, reconhecendo que a inteligência é uma qualidade inata e a aprendizagem está ao alcance de todos. À medida que as perspectivas tendenciosas mudam e os direitos desta comunidade são salvaguardados, juntamente com a implementação de serviços abrangentes, os indivíduos com deficiência irão, sem dúvida, experimentar bases reforçadas e caminhos maiores para abraçar plenamente os seus direitos como cidadãos num futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ALVEZ. PA. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo; AVERCAMP, 2001.

ALMEIDA. M.J.M Reflexo da legislação sobre o processo de inclusão. Direto em ação, Brasília, v.10, n.1, 2013.

BOTINI, J.G.S. Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 2012.

GUIMARÃES, E. Os sentidos de cidadão no Império e na República do Brasil. Língua e Cidadania: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos 2015. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/ default_censo_2015.shtm>. Acesso em 10 de Novembro de 2023.

LIMA PA. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo; AVERCAMP, 2012.

MASI, A. Educação Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência: Relato, Críticas e Reflexões: MEC/SEESP, 2012.

SASSAKI, R.K. Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VENTURA, D.F. Um Retrato da Área de Neurociência e Comportamento no Brasil. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 2010.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves. A música no contexto educacional. Porto Alegre: Kuarup, 1988.